

PRECONCEITO VOCABULAR, PADRÕES E DESAFIOS

PRECONCEPTION VOCABULAR, STANDARDS AND CHALLENGES

Andreia Ferreira Lima¹

¹Pós-graduada em Educação a Distância pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG e Docente no Núcleo de Educação a Distância das Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre as relações sociais e sua influência na manutenção do preconceito linguístico na sociedade, de modo que nos leve a refletir o modelo ensino aprendizagem nas instituições escolares no que tange à linguagem e pensar em ressignificações para as práticas pedagógicas.

Palavras-chave: preconceito, linguagem, ressignificações

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss social relations and their influence on the maintenance of linguistic prejudice in society, so as to lead us to reflect the teaching teaching model in school institutions regarding language and to think of re - significations for pedagogical practices.

Keywords: prejudice, language, resignifications

INTRODUÇÃO

Língua e sociedade

A linguagem é o fundamento da humanidade. Por meio dela o pensamento e o desenvolvimento humano estão inter-relacionados constituindo a identidade do homem. O que o diferencia dos demais seres é justamente a habilidade da linguagem, a capacidade de se comunicar de maneira complexa.

Por estas razões, podemos dizer que a linguagem é a mais importante aptidão humana, mesmo porque com ela podemos compreender as demais capacidades tais como a vontade, a inteligência, a afetividade etc.

Conforme Marilena Chauí (1993, p. 04), “a palavra se encontra no limiar do universo humano, pois caracteriza fundamentalmente o homem e distingue do animal”. Este é um fator preponderante para a compreensão do universo simbólico ao qual pertencemos, já que o ser humano é o único ser capaz de criar símbolos e estabelecer todo e qualquer ato comunicativo.

A língua oficial brasileira hoje é a língua portuguesa, mas, fazendo uma análise sócio histórica, iremos perceber que nem sempre foi assim. Inicialmente, a língua falada no período colonial era a língua indígena e a língua africana, aquelas provenientes dos primeiros habitantes e desde o início da colonização, o processo de difusão e fixação da língua se deu de maneira arbitrária e seguindo pareceres de grupos dominantes.

No início da colonização, a língua tupi era de utilização geral na colônia, mas em 1757, a utilização do tupi foi proibida por uma Provisão Real.

Como a língua é um dos elementos que compõem uma identidade nacional, construiu-se uma unidade linguística desde 1500, com base no português transformado na única língua dos brasileiros, desconsiderando a ampla difusão, no tempo e no espaço, da língua geral amazônica e da língua geral paulista, hegemônicas durante todo o período colonial em partes expressivas do que é hoje território nacional. (Freire, 2004, p. 33)

Um tempo depois, um novo afastamento entre o português brasileiro e o europeu aconteceu, quando a língua falada no Brasil colonial não acompanhou as mudanças ocorridas no falar

português (principalmente por influência francesa) durante o século XVIII, mantendo-se fiel, basicamente, à maneira de pronunciar da época da descoberta. Uma reaproximação ocorreu entre 1808 e 1821, quando a família real portuguesa, em razão da invasão do país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, transferiu-se para o Brasil com toda sua corte, ocasionando um re-Portuguesamento intenso da língua falada nas grandes cidades.

Observe nessas situações que os grupos detentores do poder é que ao longo da história definiram e decidiram sobre qual língua se fixaria para toda a população.

A linguista Rosa Virgínia Mattos e Silva (2003) relata que entre 1538 e 1850, trinta por cento da população era formada por brancos brasileiros e europeus. Os demais setenta por cento eram os índios e africanos. Isso nos leva a compreender que a língua indígena e a língua africana, ainda que fossem idiomas utilizados pela maioria da população brasileira (70%), não foi suficiente para prevalecer. A língua que se perpetuou e passou a ser falada por todos foi justamente aquela dominada pela menor parcela dos habitantes.

Esses dados nos mostram que a fixação ou a decisão de uma língua em detrimento da outra aconteceu por meio de uma relação de poder em que o “maior” sobrepõe-se ao “menor”.

Nessa perspectiva, vamos percebendo a importância do valor social sobre as decisões da sociedade e a prevalência das escolhas da elite letrada sobre a classe inculta.

Ainda no período colonial, mesmo após a definição da língua portuguesa como língua padrão, o português era de certa forma, utilizado livremente e os falantes tinham muita liberdade na escrita. Ocorre que Nesse mesmo período, acontecia também a normatização da língua portuguesa em Portugal. A primeira gramática conhecida é da autoria de Fernão de Oliveira, foi publicada em Lisboa, em 1536, com o título “Grammatica da lingoagem portuguesa”.

A partir de então, além de estabelecer que a língua portuguesa falada livremente fosse a oficial, tinha-se também a imposição de um modelo normativo definido dentro da própria língua. O que de certa forma, e em tese, negava as variedades que são próprias de toda e qualquer língua.

Esse modelo normativo tem vigorado até os dias atuais e aqui, vale definir que a gramática normativa é aquela que busca ditar ou prescrever as regras gramaticais de uma língua, posicio-

nando as suas prescrições como a única forma correta de realização da língua e categorizando as outras formas possíveis como erradas.

Mas sabemos que uma mesma língua se renova constantemente. A cada dia e por influência das relações sociais, a linguagem vai tomando novas formas. É o caso, por exemplo, da palavra “vossa mercê” que evoluiu para “vossemecê”, “vosmecê”, “você” e na fala já se usa “ocê” e “cê”. Por essa característica inerente à língua é que se construiu também, ao longo da história, a linguagem coloquial tida como menos nobre.

Mikhail Bakhtin diz que:

A língua tem vida porque é um diálogo contínuo entre os sujeitos sociais. Isso quer dizer que ela é tão viva como eu ou você e está sujeita aos processos normais pelos quais passam todos os seres vivos: há palavras que nascem, palavras que se modificam (tanto no que querem dizer como na forma da escrita), palavras que morrem. (BAKHTIN, 1997. p. 279).

Então, contrapondo a esse pensamento da conservação gramatical, estudiosos que atuam na pesquisa e ensino da língua, denominados linguistas, compreendem que, se entendermos que a “língua” é a atividade linguística real dos falantes em suas interações, então é possível dizer que a norma padrão não faz parte da língua. Eles atestam em seus estudos que não existe linguagem errada ou linguagem correta, o que existe são formas de se expressar diferentes. Nessa perspectiva, devemos entender então que o conceito de certo e errado deve ser substituído pelo de adequado e inadequado, e na hora de escolher a variante, é preciso perguntar se ela está adequada ao interlocutor, à situação de comunicação.

Cabe aqui ressaltar que essa vertente foi endossada e regimentada em 1998 na publicação dos parâmetros curriculares Nacionais do MEC. Elaborado por educadores e pesquisadores com o intuito de construir referências nacionais que respeitassem as diversidades regionais, culturais e políticas, as diretrizes defendem conceitos de linguística e afirmam que não há uma única forma correta de falar, somente de escrever.

O cerne do preconceito surge então dessa dicotomia. Considera-se apenas uma forma correta de usar a língua, seja na fala ou na escrita e o julgador se considera linguisticamente superior.

O mais intrigante dessas ocorrências é que,

por mais que as variedades linguísticas se disseminem e façam parte do linguajar da maioria, e isso é uma realidade, a sociedade em geral não a reconhece como língua correta. Ela é vista com preconceito até mesmo pelos próprios falantes dos dialetos populares. Comumente encontramos situações em que há a construção “nós foi”, por exemplo, e imediatamente percebe-se um outro falante dessa mesma variedade criticando o outro, apontando a fala como um erro.

Conforme Bagno (2003, p. 75), “os preconceitos linguísticos impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo”.

Essa realidade da língua nos leva então aos seguintes questionamentos: Por que ao longo da história a sociedade, sendo a maioria, aceitou sem resistência a imposição da língua portuguesa? Por que a sociedade em sua grande maioria compreende e endossa que a gramática normativa é a linguagem adequada? Mesmo sabendo que a língua se altera constantemente, por que a gramática normativa se mantém tão valorizada?

Para que possamos compreender o motivo pelo qual existe a valorização da linguagem padrão tão pouco utilizada e de outro lado o preconceito da linguagem coloquial que é a atividade da maioria, precisamos entender alguns fatores relacionados ao comportamento humano.

DESENVOLVIMENTO

Linguagem e comportamento

No campo da psicologia, os estudos mostram que o ser humano em si possui comportamentos e atitudes que em tese não são conduzidos pela sua consciência racional. O que eles entendem que seja uma decisão racional, na verdade é advinda de pré-seleções emocionais.

O psicólogo Robert Cialdini (2012.) explica que isso ocorre em função de uma forma de seleção que o nosso cérebro utiliza para decidir e resolver as coisas de forma mais rápida. Ele acaba se decidindo pelo que a maioria está fazendo. A esse fenômeno dá-se o nome de atalho mental. É o que ocorre, por exemplo, na regra “caro é igual a bom”. O ser humano está culturalmente acostumado a entender que aquilo que tem valor superior é bom. Ocorre de muitas vezes nem

se ter conhecimento de determinado produto, mas quando eles veem que o valor é alto, que outras pessoas estão comprando, automaticamente ele acaba se decidindo pelo que a maioria está fazendo.

Recentemente, os psicólogos descobriram uma série de atalhos mentais que empregamos em nossos julgamentos do dia a dia (KAHNEMAN, SLOVIC e TVERSKY, 1982; TODD e GIGERENZER, 2007). E sobre esses atalhos, Robert Cialdini (2012.) explica que eles operam quase da mesma forma que a regra “caro é igual a bom”, permitindo um pensamento simplificado que funciona bem a maior parte do tempo, mas nos deixa sujeitos a erros custosos ocasionais. Especialmente pertinentes a este livro, Cialdini cita os atalhos que nos indicam quando devemos acreditar no que nos dizem ou quando devemos fazer o que nos pedem.

Consideremos, por exemplo, a regra de atalho que diz: “Se um especialista disse isso, deve ser verdade.” Existe uma tendência em nossa sociedade em aceitar cegamente as afirmações e diretrizes de indivíduos que parecem ser autoridades em determinado assunto. Ou seja, em vez de raciocinar sobre os argumentos do especialista e nos convencermos (ou não), com frequência ignoramos os argumentos e nos deixamos levar apenas pelo fato de se tratar de um “expert”. (CIALDINI, 2012, p. 128).

Dessa forma, percebemos que a sociedade é levada a dar crédito àquilo que para ela possui valor. E como falamos, a língua como ela é hoje, veio de um padrão estabelecido pelos grupos mais favorecidos e culturalmente dotados de valor social.

Assim, como a imposição da língua portuguesa foi feita por grupos mais valorados na sociedade, criou-se a partir de então a crença de que a linguagem formal e rebuscada possui mais valor que aquela popular dita como menos nobre.

Segundo Bohoslavsky (1981, p. 217), nas tarefas de ensino e aprendizagem, o papel do professor, seja como líder democrático, autocrático ou laissez-faire, prevalece à noção de vínculo de dependência por parte do aluno. Onde ocorrem as assimetrias no poder, “o professor sabe mais que o aluno; deve proteger o aluno no sentido de que este não cometa erros; pode julgar o aluno; pode determinar a legitimidade dos interesses do aluno; pode definir a comunicação possível com o aluno” (p. 358). Desse modo, segundo Bleger (1984, p.58) “a imagem realizada do professor onipotente e onisciente perturba a aprendizagem, em primeiro lugar a do próprio professor”.

Observa-se que também nas instituições de ensino existe uma relação de poder muito bem definida. Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1991), todas as relações sociais, inclusive qualquer relação de comunicação, são por natureza relações de poder. Assim, entende-se que o preconceito linguístico e sua manutenção pode ter uma relação direta com as posturas de poder. De um lado há aquele que exerce a influência, de outro o influenciado.

Na teoria de Skinner (1970), o comportamento humano inclui dimensões físicas e sociais (internas e externas) que se encontram em relação constante. Isso quer dizer que uma resposta comportamental reforçada numa determinada ocasião tem maior probabilidade de ocorrer numa outra ocasião semelhante, isso em decorrência do fenômeno da generalização que os seres humanos conseguem implementar nas suas relações com o ambiente (físico e social). Sendo assim, nas relações de ensino aprendizagem, estaria acontecendo o reforço desses comportamentos de preconceito linguístico?

Silva (2002) afirma que já se aborda no ensino escolar e nos livros didáticos alguma noção voltada para a sociolinguística, mas a escola não apresenta outro manual que dispõe e reflita a variação linguística na sociedade, mantendo-se assim presa à gramática. E nesses moldes, torna-se insuficiente compreender o processo de variação.

Na análise dos conceitos fundamentais da psicologia histórico-cultural, o autor Vygotsky (1991) descreve a relação entre atividade e motivo. Para ele, a atividade humana é socialmente motivada, sempre dirigida por motivos e deve ser vista como a categoria que orienta e regula a atividade concreta dos homens na sociedade. Nesses termos, se a motivação da sociedade está inclinada para a produção e propagação do preconceito no meio social, a psicologia teria mecanismos para reprogramar a motivação? Pode-se pensar que os comportamentos (possíveis práticas pedagógicas) que levam ao preconceito são práticas possíveis de ser evidenciadas e passíveis de serem alteradas tendo como aliado a psicologia social.

Poderíamos pensar assim, e as variedades linguísticas elas não são defendidas e pregadas por grupos de valor também? As variedades linguísticas são tão disseminadas e porque ainda prevalece o preconceito?

O período em que a gramática normativa foi difundida na sociedade fez com que esse juízo de valor sobre ela se impregnasse e esse

conceito passou de geração em geração. Então, dentro da psicanálise, os comportamentos mais repetitivos é que se solidificam e tem grande força de prevalência.

Além disso, ainda encontramos em nosso meio, entidades representativas e de valor social que fazem com que essa visão da língua prevaleça.

As instituições de ensino, por exemplo, ainda que já se tenha uma boa abertura no ensino das variedades da língua, os aspectos normativos são o ponto base das aulas. Até pouco tempo atrás, ensinava-se as regras gramaticais como se elas nunca tivessem sido mudadas e como se nunca fossem mudar novamente. Então, os alunos eram execrados se esquecessem normas para uso do trema, do hífen. Com essa atitude, a escola ensinava apenas a norma culta, ou seja, aquela falada pelas elites (em momentos formais, claro).

Pode-se falar em língua heterogênea, em dialetos, mas na prática, a sociedade em si só atribui valor àqueles que possuem ou que empregam o português corretamente. Ela está apenas reproduzindo ou exprimindo uma ideologia impregnada em nossa cultura há muito tempo.

Ora, se a psicologia explica as razões de haver esse enraizamento da língua culta, ela teria soluções para mudar esse paradigma?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas

É inegável a influência que a língua exerce na vida dos seres humanos, em razão disso, a maneira como falamos e escrevemos diz muito sobre nós. Desse vínculo é que se insere a inter-relação do linguístico com o social e se estamos falando sobre o social, logo tem se também de modo intrínseco a relação psicossocial atrelado às atividades da língua. A linguagem influencia a convivência entre as pessoas, ao mesmo tempo em que é influenciada por elas, com isso, considerar a fala do próximo como erro e inferior não implica apenas em questões linguísticas, mas em questões psicossociais.

É possível mudar esse paradigma pelo viés psicanalítico. Mas aí será necessária uma reavaliação dos comportamentos e a mudança de mentalidade por parte da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se importante imbricar novos olhares sobre as atividades da língua, especificamente, no que tange às relações sociais, de modo a construir um entendimento que possa ser levado para as práticas pedagógicas com o objetivo de desmistificar o preconceito e a influência negativa que ele pode exercer na formação do ser enquanto cidadão.

Faz-se importante pensar mecanismos de ressignificação dessas práticas para que se possam formar professores capazes de influenciar e transformar a realidade. Cabe a sociedade promover o desenvolvimento de pesquisas que desencadeiam a mudança dos padrões de ensino, de aprendizagem e assim reformular essa dicotomia segregadora entre língua culta e língua inculta, contribuindo para a redução das diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 25.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BOHOSLAVSKY, R. H. **A Psicopatologia do Vínculo Professor-Aluno: o Professor como agente socializante.** In Patto, M. H. (org.). *Introdução à Psicologia Escolar.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power.** Edited by John Thompson and translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991.

CIALDINI, Robert B. **As armas da persuasão** [recurso eletrônico] / Robert B. Cialdini; [tradução de Ivo Korytowski]; Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português.** São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O ensino de português do primeiro grau à universidade.** São Paulo: Parábola, 2001.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano.** Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

VYGOTSKY, L.S. (1991). **Pensamento e linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1991.